



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

PETIÇÃO 10.058/DF

RELATORA: MINISTRA ROSA WEBER
REQUERENTE: COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO (CPI-COVID)
REQUERIDO: RICARDO JOSÉ MAGALHÃES BARROS
ADVOGADO: BRUNO BIANCO LEAL DIAS E OUTROS
PGR-(GT CPI-COVID)-MANIFESTAÇÃO-86513/2022

Excelentíssima Senhora Ministra Relatora,

Trata-se de procedimento instaurado, em 26 de novembro de 2021, por meio do qual esta Procuradoria-Geral da República buscou dar impulso inicial às conclusões do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI-COVID) quanto ao indiciamento do Deputado Federal Ricardo José Magalhães Barros, pela suposta prática do crime de advocacia administrativa, previsto no artigo 321¹, do Código Penal.

Após deliberações e diligências sobre a remessa de documentos pelo Senado Federal, bem como sobre o levantamento da cláusula de sigilo que incidia sobre o procedimento, constatou-se que, contra o representado, a

1 Art. 321 – Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário:

Pena – detenção, de um a três meses, ou multa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Comissão Parlamentar reuniu os seguintes elementos de informação (fls. 51-52 e-STF):

Prova oral: depoimentos de Ricardo Barros (fls. 406/407)², Emanuel Ramalho Catori (fls. 409)³

Prova documental: Foto do dia 15 de abril de 2021, no Ministério da Saúde, do Deputado Ricardo Barros com Marcelo Queiroga e Emanuel Ramalho Catori e Francisco Feio, sócios da Belcher Farmacêutica, empresa que pretendia intermediar a venda da vacina Convidecia ao Ministério da Saúde (fl. 406); Carta de intenção de compra de 60 milhões de doses da vacina Convidecia, fabricada pelo Laboratório Cansino, de 4 de junho de 2021, ao preço de US\$ 17 a dose (Processo nº 25000.079747/2021-54; doc. SEI nº 0020917064)⁴

Indiciamento feito pela CPI: (fls. 1.086/1.087).

Ricardo José Magalhães Barros apresentou defesa (fls. 83-125 e-STF). Alegou que há limites para a atuação das Comissões Parlamentares de Inquérito, não lhes cabendo imputar responsabilidades, antecipar julgamentos ou atribuir práticas de ilícitos criminais, constando que eventual indiciamento, no seu sentir, poderia resultar em ilegalidade, considerando o disposto no artigo 1º, § 6º, da Lei nº 12.830/2013. O Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito, portanto, seria “*mero indiciamento*”

2 A íntegra do depoimento pode ser acessada por meio do link:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10139>

3 A íntegra do depoimento pode ser acessada por meio do link:

<https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas/-/notas/r/10175>

4 DOC 2363; OF 2071 REQ 1136 - C_REQ 1136 OF 2071



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

político”, faltando-lhe justa causa mínima e indícios que sustentem suas conclusões.

Afirma que os fundamentos do supracitado documento – que reputa genérico e inepto – revelariam a atipicidade dos fatos irrogados, visto que consistentes em meras suposições, o que impossibilitaria, inclusive, o exercício de seu direito de defesa.

Menciona que seu proceder – precipuamente no que importa à agenda cumprida junto ao Ministério da Saúde – foi avalizado pela Diretoria-Geral da Câmara dos Deputados, por meio de manifestação proferida no Processo Administrativo 935617/2021, na qual se reconheceu o regular exercício da atividade parlamentar, *“mormente na função típica de fiscalização”*, e que:

“[...] o exercício do mandato Parlamentar, em especial em momentos delicados como o presente, em que se enfrenta uma grave pandemia, tem exigido do Congresso Nacional um papel cada vez mais ativo na defesa do Povo brasileiro. E, assim sendo, os Parlamentares, em conjunto com os membros dos demais Poderes, têm realizado inúmeros encontros e gestões com entidades públicas e privadas visando o combate à crise sanitária e social, o que encontra guarida no exercício regular e legítimo das funções institucionais do Poder Legislativo.

Na hipótese, destaque-se que o Deputado Ricardo Barros exerce função de líder do governo na Câmara dos Deputados, atuando como importante ponte entre o Parlamento e o Governo Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

O papel ativo e direto dos Deputados no enfrentamento da pandemia encontra, pois, respaldo em suas funções institucionais, naquilo que a doutrina chama de função representativa, haja vista que o Parlamentar não é simples expectador diante das necessidades da sociedade, sendo legítima a sua atuação, mesmo fora da Casa Legislativa, como representante do povo perante os demais atores sociais, sejam eles públicos ou particulares ”.

Assevera, ainda, que o artigo 71, inciso IV, da Constituição Federal, é expresso quanto à possibilidade de parlamentares, no desempenho de suas funções fiscalizatórias, atuarem *in loco*, seja nas dependências do Poder Judiciário, seja nas do Executivo, sendo equivocado inverter a presunção *juris tantum* de legitimidade dos atos administrativos.

No que toca à aquisição do imunizante Convidecia (fabricado pela empresa CanSino), intermediada pela Belcher Farmacêutica – em análise nestes autos –, explana que, como mencionado no próprio Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, o negócio não se concretizou, haja vista a revogação das credenciais da representante brasileira, em 10 de junho de 2021.

Destaca trechos do depoimento de Emanuel Catori, sócio da empresa intermediária, ao Senado Federal, no qual o depoente salientou que



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

o ora representado não teve participação nas negociações envolvendo a compra do imunizante pelo Ministério da Saúde.

Assim, entende que a qualidade *propter officium* de sua visita ao Ministério da Saúde e a investidura no mandato parlamentar para o desempenho de fiscalizações em órgãos públicos demonstram a não adequação de sua conduta ao previsto no artigo 321, do Código Penal, razão pela qual requer o arquivamento deste procedimento.

É o relatório.

Da análise da narrativa apresentada, não se vislumbram elementos mínimos aptos à instauração de apuração criminal perante o Supremo Tribunal Federal, a quem compete processar e julgar Deputados e Senadores (artigo 53, § 1º, da Constituição Federal⁵).

O delito de advocacia administrativa, previsto no artigo 321 do Código Penal, consiste em “patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário”.

5 Art. 53. Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e voto

§1º Os Deputados e Senadores, desde a expedição do diploma, serão submetidos a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal. [...]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Segundo preleciona Júlio Fabbrini Mirabete⁶:

Patrocinar interesse privado é o centro do tipo penal. É advogar, defender, patronear, facilitar, proteger, apadrinhar, pleitear, favorecer um interesse particular alheio perante a administração pública, em qualquer dos seus setores, junto a companheiros ou superiores hierárquicos. Não basta, porém, à configuração do crime que o agente ostente a condição de funcionário público, mas é necessário e indispensável que pratique a ação aproveitando-se das facilidades que a sua qualidade de funcionário lhe proporcione.

Conforme a doutrina de Nucci⁷, valer-se da qualidade de funcionário é tirar proveito do prestígio junto aos colegas ou da facilidade de acesso às informações ou de troca de favores, *“investindo contra o interesse maior da administração de ser imparcial e isenta nas suas decisões e na sua atuação”*.

Os elementos trazidos aos autos pela Comissão Parlamentar de Inquérito, contudo, não permitem a subsunção dos fatos imputados ao representado à sobredita norma penal.

A imputação sugerida pela CPI baseia-se em hipótese de existência de fato típico em razão da proximidade de Ricardo Barros com os sócios da empresa Belcher Farmacêutica, aludindo a *“fortes indícios de prática de advocacia administrativa”* (fl. 410 do Relatório Final da CPI).

6 MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. Vol. 3. São Paulo: Atlas, 2000, 332 p.

7 NUCCI, Guilherme de Souza. **Código Penal Comentado**. 8ª ed. São Paulo: Editora Forense, 2008. 1068p.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Note-se que em seu depoimento ao Senado Federal, em nenhum momento, o representado nega sua relação de amizade com Francisco Feio Ribeiro, com Daniel Moleirinho Feio Ribeiro e com Emanuel Catori – estes últimos, sócios da Belcher Farmacêutica.

O Deputado Federal também confirma o vínculo familiar com Diego Campos, seu genro e sócio de Flávio Pansieri, advogado que atuava em nome da CanSino e da Belcher Farmacêutica junto à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA).

Assim, tem-se que o que existe é uma suspeita dos Parlamentares quanto a possível cometimento de crime em razão das relações pessoais do representado, que, segundo eles, demonstraria que as *“cartas de intenção e de autorização em benefício da Belcher não existiriam sem o poder político de Ricardo Barros no Ministério da Saúde”* (fl. 410 do Relatório Final da CPI).

Cenário que não se comprova dos documentos juntados aos autos. Como já exposto, não há, nos dados enviados pelo Legislativo, nenhum elemento indiciário de que Ricardo Barros tenha atuado em prol das empresas citadas.



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

Nos depoimentos do indiciado e de Emanuel Ramalho Catori, mencionados no Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito, ambos afirmaram que não houve nenhum tipo de interferência do representado nas negociações envolvendo a compra do imunizante pelo Estado brasileiro.

Em sua oitiva, o sócio da Belcher Farmacêutica foi incisivo ao afirmar que, na reunião do dia 15 de abril de 2021 – na qual foi tirada a fotografia juntada aos autos – Ricardo Barros participou na condição de Presidente da Frente Parlamentar de Medicamentos, e o intuito era tratar sobre um fármaco denominado Favipiravir.

Asseverou o depoente, ainda, que, na ocasião, sua empresa não detinha credenciais e poderes de representação outorgados pela empresa CanSino, contando, tão somente, com uma carta de confidencialidade, de modo que sequer poderia falar sobre tal vacina.

Além disso, é importante consignar que, no documento produzido pelo Senado Federal, constou que, na reunião de 15 de abril de 2021, não houve elaboração de ata (fls. 408-409 do Relatório Final), inexistindo elemento no sentido de que a compra da mencionada vacina tivesse sido objeto do referido encontro.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Saliente-se, ainda, que a Belcher Farmacêutica obteve a carta de autorização da CanSino para negociar o fármaco somente em 19 de abril de 2021.

Já a expedição de carta de intenção de compra pelo Ministério da Saúde ocorreu em 4 de junho próximo de 2021, tratando-se apenas de mero requisito para o início das negociações, não vinculando o órgão interessado, como consta no teor do documento (Carta 3/2021-SVS/MS).

Em 10 de junho de 2021, contudo, a Belcher Farmacêutica teve suas credenciais revogadas pela indústria chinesa, não se concretizando o negócio entabulado.

Dessa forma, o que se tem é que a empresa farmacêutica tinha a **pretensão** de intermediar a negociação de vacinas com o Estado, que, inclusive, restou frustrada por questões de *compliance*.

Como observa Rogério Greco⁸ sobre o delito previsto no artigo 321 do Código Penal:

8 GRECO, Rogério. **Código Penal Comentado**. 4ª ed. Niterói: Impetus, 2010. p. 853



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Não se configura a infração penal em estudo quando o funcionário, por exemplo, explica ao interessado os seus direitos perante a administração. O que a lei penal proíbe, na verdade, é que o funcionário assuma a 'causa' do particular e pratique atos concretos que importem em sua defesa perante a administração pública.

A assunção da causa particular e a prática de atos concretos não se verificam nos elementos coligidos, não se podendo presumir que a existência de laços de amizade entre eles, isoladamente, evidencie conluio para fins criminosos.

A simples menção ao nome de parlamentar, bem como a mera possibilidade abstrata de envolvimento de congressista⁹, autoridade detentora de prerrogativa de foro, por si só, não tem o condão de firmar a competência do Supremo Tribunal Federal, tampouco a atribuição da Procuradoria-Geral da República para a condução das investigações.

A atração da causa para o foro competente, assim como a atuação deste órgão ministerial, apenas se justificariam caso restasse demonstrada a existência de indícios mínimos da participação ativa e concreta do titular da

⁹ Acórdão da AC 4.297/DF, relatada pelo ministro Edson Fachin no Plenário do Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário de Justiça eletrônico de 25 de junho de 2020.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

prerrogativa em ilícitos penais¹⁰, o que não se verifica na documentação que acompanha o presente procedimento.

Com efeito, considerando-se que inexistem indícios mínimos para se afirmar que o representado Ricardo Barros tenha atuado em benefício de pretensões privadas, não se depreende a existência do interesse de agir apto a ensejar a continuidade deste procedimento.

Esvazia-se, assim, o objeto desta Petição, visto que não há sequer indícios de verossimilhança do ato criminoso imputado ao requerente, subsistindo tão somente uma hipótese criminal sustentada no Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia.

Exauridas as investigações preliminares, constata-se que os fatos em apuração não ensejam a instauração de inquérito sob supervisão do Supremo Tribunal Federal (art. 230-C do Regimento Interno da Corte), tampouco contêm elementos informativos capazes de justificar, per si, o oferecimento de denúncia, estando ausente **justa causa** (art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal) para deflagração de ação penal em face do Deputado Federal

¹⁰ Acórdão do RHC 135.683/GO, relatado pelo ministro Dias Toffoli na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, publicada no Diário de Justiça eletrônico de 3 de abril de 2017.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

Ricardo Barros, no que se refere aos fatos narrados no Relatório Final da CPI-Covid e aos quais se imputou a suposta prática de advocacia administrativa.

Em face ao exposto, o PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA requer a juntada do Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito que acompanha a presente manifestação e requer o **arquivamento** destes autos, nos termos do art. 395, inciso III, do Código de Processo Penal, ressalvado o disposto no art. 18 do mesmo diploma legal.

Brasília, data da assinatura digital.

Lindora Maria Araujo
Vice-Procuradora-Geral da República
Assinado digitalmente

MCALDC

Impresso Por: 073.133.722-23 Pet 10053
Em: 10/06/2022 - 17:36:17